

Voto de Pesar n.º 152/XII

Sobre Lampedusa

PUBLIQUE-SE E
DISTRIBUA-SE

2013/10 112

A tragédia da última semana, ao largo de Lampedusa, atingiu centenas de seres humanos fugindo de um destino insuportável. Repetiu outras tragédias, mostrou as portas da Europa como lugar de sonho e lugar de inferno! Mulheres, homens e crianças, os gritos que ecoaram nas palavras magoadas da Presidente da Câmara de Lampedusa: "Quanto tempo mais terei eu de alargar o cemitério da minha terra?", perguntou às instituições europeias. No Mediterrâneo, em vinte anos, a morte de mais de vinte mil refugiados!

A tragédia atinge-nos a todos porque nos responsabiliza a todos. Lampedusa expõe as insuficiências da política europeia nas formas de dor e de sangue.

O problema dos refugiados e da imigração ilegal reclama regras europeias justas e claras. Reclama, por isso, um forte consenso europeu, capaz de responder às muitas dimensões do problema. Entre as políticas de auxílio ao desenvolvimento e as estruturas normativas da União e dos seus Estados-membros. Reclama políticas coerentes e integradas garantindo um estatuto de dignidade aos refugiados e imigrantes.

Responder a Lampedusa é, desde logo, tomar a sério o combate para o desenvolvimento e os direitos. É promover a ajuda ao reforço das democracias dos países de origem, ajuda feita no diálogo e na solidariedade. Porque o segredo do desenvolvimento está na qualidade das instituições democráticas com a sua cultura inclusiva. São as instituições democráticas que garantem a justiça e a liberdade, são elas que dão curso ao progresso económico e ao asseguramento da qualidade de vida e da dignidade das pessoas. Isso leva a uma estratégia europeia de iniciativas conjuntas com os poderes centrais e as comunidades locais dos países de origem. Uma estratégia que promova o crescimento da sociedade civil para que as reformas venham "de dentro", que promova a cooperação e o diálogo com os líderes sociais e as elites políticas. Responder a Lampedusa é convocar o ativismo político das delegações da União Europeia, o cumprimento verdadeiro da condicionalidade dos Acordos de Cotonou, ligando o auxílio económico e financeiro à garantia dos direitos humanos. É mobilizar o Serviço de Ação Externa da União Europeia. É definir uma política integrada de fronteiras, combater as redes de tráfico. Mas é sobretudo afirmar os valores da União no programa jurídico e político dos Estados-membros, no lugar de um longo arco de políticas fragmentadas. Porque a solidariedade europeia é, com efeito, aqui implicada como método e como fim.

Lampedusa desperta-nos para todas as ações e decisões reclamadas pela condição dos exércitos de pobreza e amargura. Desperta-nos sobre as imagens dos campos de detenção, do regresso “impreciso” aos países terceiros, sobre as imagens do acesso inconseguido e fatal, tantos lugares como Lampedusa!

Nenhum tema como a imigração desqualifica tanto os velhos paradigmas da política. Ponta do iceberg de um mundo em mudança, desafio que é feito contra as fortalezas do egoísmo, a imigração convoca-nos para uma ação que não parte do resultado mas das causas! Desafia-nos para interpretar e regular os movimentos demográficos e a sua matriz da globalização. Desafia-nos, enfim, para um entendimento consequente da comunidade internacional como comunidade moral!

É que Lampedusa, com os seus naufrágios da má sorte e da desdita, magoa a justiça e a civilização. Diz-nos do muito que há para fazer, diz-nos para dizer basta!

A Presidente da Assembleia da República

(Maria da Assunção A. Esteves)